



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 22 de novembro de 2019

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2020 ---

2º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2020 -----

3º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2020 -----

4º. Ponto – Proposta de fixação de taxas de IMI para 2020 -----

5º. Ponto – Proposta de participação no IRS para 2020 -----

6º. Ponto – Proposta de percentual a aplicar em 2020 / Taxa Municipal de Direitos de Passagem -----

7º. Ponto – Proposta de Suspensão Parcial do PU de Montemor-o-Novo / Estabelecimento de Medidas Preventivas (ZP5) -----

8º. Ponto – Proposta de atribuição de Despesas de Representação aos Dirigentes Intermédios de 2º. Grau -----

9º. Ponto – Proposta de 3ª. Revisão Orçamental de 2019 -----

10º. Ponto – Proposta de Adesão a Rede Nacional de Arte Pré-Histórica -----

11º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural e a Associação dos Amigos Unidos pelo Escoural – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Santiago do Escoural - AL 2019-2020 -----

12º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Requalificação do Parque Infantil de Cabrela -----

13º. Ponto - Proposta de Procedimento Concursal para provimento em Comissão de Serviço de Cargo de Direção Intermédia de 3º. Grau – Composição de Júris -----

14º. Ponto - Transferência de Competências – Rejeição da Lei nº. 123/2019 de 18 de outubro -----

15º. Ponto - Empreitada de “Beneficiação da EM 507 (Lavre-Ciborro)” – Encargos Orçamentais Plurianuais (2019-2021) -----

16º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D’Abreu Bastos, Joaquim Alberto

Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, Jorge Miguel Mestrinho em substituição de António Joaquim Danado, José Carlos das Dores Zorrinho, Lina Maltês em substituição de João Miguel Amaro Marques, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Manuel António Coelho, Maria de Fátima Breia, Maria Luísa da Silva Martins em substituição de José Maria Barroso Fernandes, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Antunes em substituição de Duarte Manuel Vicente da Luz, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Raquel Vicente Mendes registando-se vinte e oito presenças. -----

Todos os eleitos ausentes justificaram a respetiva ausência. -----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Hortênsia - Menino, as Senhoras Vereadoras Carmem Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores António Pinetra, Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a usar da palavra para se referir à proposta de calendarização das sessões para o ano de dois mil e vinte, a qual foi distribuída a todos os eleitos na respetiva pasta. Também foi colocada à consideração dos eleitos da Assembleia uma alteração à ordem de trabalhos, a pedido da Câmara Municipal e por caráter de urgência dos assuntos, no sentido de serem incluídos mais sete pontos, sendo aprovada por unanimidade. -----

Passou-se de imediato à discussão da proposta de ata da sessão ordinária do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezanove. Pediu para intervir o eleito senhor Manuel Coelho propondo que seja introduzida a intervenção do eleito senhor António Manuel Martins e relativamente à qual ele próprio interveio, conforme refere ata. O mesmo eleito solicitou também a correção gramatical de uma palavra. Seguidamente o documento foi colocado à votação e aprovado por unanimidade, de acordo com as alterações já introduzidas. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Interveio o eleito senhor Augusto Pascoal para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Mário Branco, o qual se apresenta transcrito de seguida: -----

“Não há que economizar palavras, o recente falecimento de José Mário Branco corresponde ao desaparecimento de um dos maiores nomes da música portuguesa dos últimos 50 anos, senão mesmo, numa perspetiva de dimensão global, o maior dos nomes. Dito de outra forma, nele podemos encontrar o cantor, o compositor, o poeta, o músico, o diretor musical, o arranjador, o produtor, o maestro, o pensador e o teorizador, isto para não falar no seu papel importante na luta contra o antigo regime, uma componente de cidadania fundamental na arquitetura da sua vida. Nesta última dimensão, alguém para quem a música tinha para além de uma componente estética e técnica, uma importante componente ética. -----

A sua obra não foi muito prolífera, mas tudo o que produziu foram obras únicas e marcantes, aquilo a que se chamam obras-primas. “Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades” (1971), “Margem de Certa Maneira” (1972), “A Mãe” (1978), “Ser Solidário” (1982), “A noite” (1985), “Correspondências” (1990), “Ao Vivo em 1997” (1997) e também “Resistir é Vencer” (2004), o último trabalho de originais de José Mário Branco, demonstram o raro nível qualitativo de alguém que considerava ser

*importante gravar apenas quando se tinha realmente alguma coisa para dizer. -----
Outra das suas características é ter feito de alguma forma, uma sublime mediação
entre a música tradicional, a música tradicional, a música popular, a música erudita, o
fado, o jazz, o rock, a música antiga entre outros elementos sonoros (o sublime
exemplo dos passos que se escutam na gravação de “Grândola Vila Morena” do José
Afonso), abrindo portas e fronteiras, sabendo-as incorporar nas suas obras e na de
outros, que ajudou a erguer num altruísmo impar. -----*

*Exemplos disso são os arranjos e a direção musical dos dois pináculos da obra de José
Afonso: Cantigas do Maio (1971) e Venham Mais Cinco (1973). Foi com a presença de
José Mário Branco que o génio melódico e literário de José Afonso deu um enorme
salto. A arquitetura sonora, a diversidade tímbrica, as texturas musicais desenhadas
por José Mário, permitiram dar à obra de José Afonso um enorme salto qualitativo.
Outro dos muitos exemplos que poderíamos destacar, foi a direção musical e a
produção de grande parte da obra musical de Camané, que o considerou o nome mais
importante da sua carreira. -----*

*A coerência de pensamento de José Mário Branco foi até ao fim, um livre pensador,
podemos até discordar ou concordar com as suas opções políticas, mas o que importa
realçar, é o gigantesco edifício musical que ergueu e ajudou outros a erguer. Não quis
condecorações; por força das circunstâncias e convicções, teve de abandonar estudos
superiores e exilar-se; já numa idade avançada, voltou à universidade para estudar. A
confirmar-nos que a aprendizagem é ao longo da vida. A humildade de um verdadeiro
mestre. Nele, prevaleceu sempre o verbo SER relativamente ao TER, num tempo, em
que os media dão tempo de antena a tantos que nada têm para dizer, para além das
manifestas banalidades. O tempo dele sempre foi outro, o da criatividade, da força das
palavras, dos sons e do livre pensamento, mesmo que divergente. -----*

*Em síntese, alguém que ligou a ação ao pensamento e ao sentimento, dito de outra
forma, ligou a técnica, a estética e a ética anteriormente referidas. E isso é raro, muito
raro. Ensinou-nos que “resistir é vencer”, e que apesar da pertinente “inquietação”, há
que “ser solidário” e “companheiro”. O seu desaparecimento é como uma luz que se
apaga, saibamos ao menos reacender a sua obra e ouvi-la em permanência, mesmo
num tempo em que tanta coisa parece girar em sentido contrário. Essa é a melhor das
homenagens que lhe podemos prestar. -----*

Obrigado, José Mário Branco. -----

Montemor-o-Novo, 22 de novembro de 2019 -----

*Sobre o documento, o eleito senhor António Xavier afirmou que os eleitos do CDS-PP
concordam com o texto, pelo que votarão favoravelmente. -----*

*Pedi a palavra o eleito senhor Joaquim Gervásio para referir que na sua opinião para
além de ter sido um grande músico, foi também um grande homem. Também votará a
favor do documento. -----*

*Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia
colocou o documento à votação. -----*

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

*Pedi para usar da palavra o eleito senhor Rui Páscoa, apresentando um Voto de
Solidariedade para com as estruturas artísticas de Montemor-o-Novo, o qual se
apresenta transcrito seguidamente:-----*



“Foram publicados, no passado dia 11 de outubro, os resultados do Programa de Apoio Sustentado da Direção-Geral das Artes (DGArtes), resultados estes que deveriam ter sido publicados até final de setembro.-----

As estruturas artísticas de Montemor-o-Novo que apresentaram candidaturas para o biénio 2020/2021 foram consideradas elegíveis, nomeadamente o Projeto Ruínas e a Algures - Coletivo de criação. Apesar da elegibilidade da candidatura, foi recusado qualquer apoio financeiro com a justificação de falta de dotação orçamental do Estado.-----

Estes cortes põem em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade e produção artísticas e criativas do Projeto Ruínas, com 75% de pontuação final, e da Algures Coletivo de criação, com 75,75% de pontuação final. A Associação Alma d'Arame sofreu um corte de 50% em relação ao Plano de Atividades candidatado.-----

Este desinvestimento põe em causa as atividades e orçamento programado por estas estruturas e evidencia a insuficiência das verbas destinadas pelo Governo aos apoios públicos às Artes.-----

Neste quadro, os eleitos da CDU da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo apresentam aqui, a sua Solidariedade com estas estruturas artísticas, considerando que só com o reforço das verbas destinadas ao apoio às artes é possível responder às necessidades efetivas de criação e programação artísticas, esperando que esta situação seja revista rapidamente, com dotação orçamental que responda, pelo menos, às reclamações apresentadas pelas Associações.-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal aprova este Voto de Solidariedade e pretende que o mesmo enviado à Sra. Ministra da Cultura, remetido para publicação nos órgãos de comunicação social locais e publicado nos meios de comunicação da Câmara Municipal.-----

Montemor-o-Novo, 22 de novembro de 2019”-----

Sobre o documento apresentado o eleito senhor António Fitas afirmou que os valores dos apoios da DGArtes às estruturas, pelo menos no nosso concelho, têm sido mascarados de alguma forma. Analisando os dados estatísticas conclui-se que as estruturas artísticas do Alentejo Central têm sofrido cortes nos valores dos últimos apoios (-8%), que terão transitado para outras regiões, que não necessitariam tanto destes apoios. Referiu que na zona do Algarve, pelo contrário verifica-se um aumento dos apoios de cerca de 30% e direcionado apenas para uma estrutura. -----

Intervio de seguida o eleito senhor Carlos Zorrinho referindo que os recursos não são ilimitados e que a escolha das entidades é feita em função de diversos critérios. Na sua opinião devia haver também uma recomendação à Câmara Municipal para que apoiasse mais as associações do concelho. Disse ainda que os eleitos pela bancada do PS vão abster-se relativamente ao documento. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor António Fitas dizendo que apenas referiu que existiram muitas candidaturas que cumpriam os critérios exigidos e ainda assim não foram contempladas com qualquer apoio. Acrescentou que muitas vezes a Câmara Municipal é acusada de atribuir subsídios a mais para a cultura, apresentando em reunião de câmara propostas de apoio e relativamente às quais os eleitos pelo Partido Socialista até votam contra.-----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação pela senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

Deliberação: Aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS, PSD e CDS-PP. -----

Pediu a palavra o eleito senhor António Fitas, para apresentar, em nome da bancada pela CDU, uma Moção denominada “Mais Segurança no concelho de Montemor-o-Novo”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

A Assembleia Municipal, no âmbito da sua política de proximidade para com as populações, tem por dever ouvir as suas justas preocupações e reivindicações. Nesse âmbito, a população, bem como eleitos dos órgãos de poder local, têm dado notas de grande preocupação relativamente à segurança no concelho nomeadamente com a diminuição de efetivos da GNR no concelho de Montemor-o-Novo, em particular, nos postos das freguesias rurais, que atualmente apenas garante serviço de 1 efetivo em serviço meramente administrativo.-----

Perante esta situação, a possibilidade de encerramento dos postos de GNR nas freguesias rurais de Cabrela, Lavre, Santiago do Escoural e S. Cristóvão, onde se tem verificado a diminuição de efetivos ou mesmo a não presença de qualquer efetivo, associado à manifesta falta de patrulhamento preventivo nestes locais e freguesias, muito tem preocupado a população e eleitos.-----

De relevar também a necessidade de garantir as condições para que as forças de segurança sejam equipadas com os meios necessários ao cumprimento das suas missões operacionais de proximidade, serviço público fundamental para a dissuasão da criminalidade, para a redução da vulnerabilidade dos mais idosos e para a segurança das populações.-----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo em solidariedade com as preocupações da população, na sua reunião de 22 de novembro de 2019, decide: -----

- 1. Recusar qualquer tentativa de encerramento de postos da GNR em freguesias rurais;*
- 2. Reivindicar um aumento de efetivos da GNR no concelho de Montemor-o-Novo, bem como de meios e equipamentos necessários para que os profissionais possam desempenhar adequadamente as suas funções;* -----
- 3. Reivindicar patrulhamentos preventivos em todas as áreas do concelho de forma regular e visível, garantido a proximidade com a população.*-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal aprova esta moção e pretende que a mesma seja remetida para os Gabinetes do Sr. Presidente da Republica, do Sr. Presidente da Assembleia da Republica, do Sr. Primeiro Ministro e dos Grupos Parlamentares dos Partidos com assento parlamentar.-----

Montemor-o-Novo, 22 de novembro de 2019”-----

Pediu para intervir o eleito senhor Luis Machado afirmando que os eleitos pela bancada do CDS-PP também consideram que existem problemas com as questões de segurança no nosso concelho e concordam com o documento. Alertou para o facto de que existem imensas zonas na cidade que ficam completamente às escuras, o que também deve ser motivo de preocupação. Por isso, na sua opinião deverá ser feito um levantamento real necessidades em termos de iluminação pública, porque é uma situação que causa insegurança nos munícipes. -----

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão afirmando que os eleitos pela bancada do PS votarão favoravelmente o documento, porque apesar do investimento feito pelo governo, nos últimos tempos, nas forças policiais, concretamente em viaturas, armas, equipamento, reconhecem que não chega. Disse ainda o mesmo eleito que a

segurança das populações é fundamental e que é necessário repensar a situação dos Postos nas freguesias rurais. -----

Uma vez que mais nenhum eleito solicitou o uso da palavra, a moção foi colocada à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

De seguida a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor Pedro Bento, o qual colocou diversas questões os eleitos da Câmara Municipal relacionadas com a empresa de resíduos instalada na ZIA, nomeadamente: Qual o nome da empresa? A partir de quando a empresa começou a depositar resíduos naquele lote?; Que tipo de resíduos são ali armazenados e comercializados?; Em que data é que, por parte da Câmara Municipal foi emitida a licença de utilização para aquela atividade?; Quando foi autorizada a instalação da referida empresa na ZIA?; O mesmo eleito referiu que terá sido afirmado em reunião de câmara, em março de dois e dezanove que a Câmara realizou uma ação de fiscalização e que terão sido encontrados indícios de contraordenação e incumprimento, pelo que solicitou informação sobre que incumprimentos foram encontrados.-----

Tem conhecimento que em junho, a empresa foi notificada pela Câmara para retirar todos os resíduos, pelo que o eleito solicitou informação do porquê de, até hoje, ainda não o ter feito. Acrescentou ainda que, posteriormente, a senhora Vereadora Palmira Catarro terá comunicado em reunião de câmara que a CCDRA terá emitido parecer, solicitando informação sobre esse documento. Terminou a sua intervenção questionando a Câmara Municipal sobre que medidas está a tomar no sentido de prevenir a contaminação de solos e lençóis freáticos, tratando-se de uma atividade de risco agravado.-----

Interviu de seguida o eleito senhor Guilherme Franco para questionar o executivo sobre a situação do pessoal não docente, no que respeita às escolas do concelho.-----

Usou da palavra a eleita senhora Fátima Breia para apresentar um voto de Saudação pelo 40º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde, o qual se apresenta transcrito de seguida:-----

“Assinala-se este ano o quadragésimo aniversário da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das maiores e mais importantes conquistas do pós-25 de abril.----- Sob proposta do Partido Socialista, ainda que com os votos contra, em votação final global, do PSD e do CDS, foi aprovada e publicada a Lei nº 56/79, de 15 de setembro, que concretizou o direito à saúde previsto no artigo 64º da Constituição da República Portuguesa. -----

Esta foi uma vitória da democracia, a qual não teria sido possível sem o papel decisivo de António Arnaut, que enquanto Ministro dos Assuntos Sociais, com as pastas da Saúde e da Segurança Social, foi o principal impulsionador da medida. -----

Em 1979 foi, assim, assumido o compromisso de que o Estado garante o acesso a cuidados de saúde a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, através de um SNS universal, geral e tendencialmente gratuito, que assegure a proteção da saúde individual e coletiva. -----

O SNS mudou radicalmente a vida dos portugueses, sobretudo dos mais pobres e desfavorecidos, cujo acesso a uma “ simples” consulta médica era até então uma realidade distante, tendo contribuído decisivamente para a redução das desigualdades, para o aumento da esperança média de vida e para a melhoria na qualidade de vida

dos portugueses, colocando Portugal, ao longo dos anos, ao nível (ou acima em muitos indicadores) do resto da Europa. -----

Se hoje Portugal tem, por exemplo, uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo, segundo os últimos dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde no passado dia 19 de setembro, deve-o ao SNS. -----

As exigências atuais são diferentes das que existiam em 1979, mas não se podem descuidar as necessidades crescentes da melhoria da qualidade do SNS e a importância de investimento público na área da saúde, reforçando e modernizando os serviços. ----

Esta valorização do SNS foi uma marca do trabalho nos últimos anos de governo que, apesar de todos os constrangimentos orçamentais que o país ainda enfrenta, se materializou num aumento da despesa em saúde de 8 mil e oitocentos milhões de euros para 10 mil e seiscentos milhões de euros. -----

Existem hoje mais 11 mil profissionais de saúde ao serviço do SNS (médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e outros), foi possível realizar mais 20 mil intervenções cirúrgicas do que há 4 anos e ter mais 700mil consultas nos cuidados de saúde primários. Para além disso, foi também revista a Lei Bases da Saúde, reforçando o compromisso do Estado para com o SNS, enquadrando os operadores privados de forma supletiva e temporária (nos casos em que o SNS não tenha uma resposta adequada) ao contrário da lei aprovada durante o Governo do PSD liderado por Cavaco Silva , em 1990, que equiparava o SNS aos prestadores privados e previa o apoio ao desenvolvimento do setor privado em concorrência com o setor público. -----

Apesar de tudo isto, é certo que há muito trabalho a fazer, especialmente se tivermos em linha de conta as alterações à composição demográfica do nosso país ou até mesmo ao impacte das alterações climáticas na saúde humana e das populações. Estes desafios obrigam a cada vez mais atenção e investimento para que mantenhamos a excelência do nosso SNS. -----

É por isso oportuno, por ocasião do seu quadragésimo aniversário, que o compromisso com a sua melhoria seja salientado e reforçado por todos, em especial pelo Partido Socialista que teve o papel mais relevante na criação e construção do Serviço Nacional de Saúde universal e geral de que hoje nos podemos orgulhar. -----

*Viva o Serviço Nacional de Saúde. -----
Montemor-o-Novo, 22 de novembro de 2019” -----*

Relativamente ao documento, a eleita senhora Sónia Ramos referiu que fazendo o balanço destes quarenta anos muita coisa piorou, quer em termos de qualidade, quer em termos de investimento e de recursos. Realçou o encerramento de serviços, principalmente em hospitais do interior e de baixa densidade populacional. Terminou a sua intervenção referindo que o balanço final geral não pode ser positivo. -----

Pedi a palavra o eleito senhor Pedro Bento considerando irónica a intervenção da eleita pelo PSD. Questionou a referida eleita sobre um indicador de saúde que tenha melhorado. Recordou que se fosse da iniciativa do PSD, ainda estaríamos à espera da construção do novo Hospital do Patrocínio, do Hospital de Dia de Oncologia ou da Unidade de Radioterapia. Referiu ainda que foram apresentados na anterior legislatura três projetos de resolução por parte do PS, Bloco de Esquerda e CDU para a construção do novo Hospital Central do Alentejo, os quais foram aprovados, no entanto o deputado do PSD absteve-se. -----

Pediu de novo o uso da palavra a eleita senhora Sónia Ramos referindo que o eleito pelo Partido Socialista terá feito afirmações que ela não proferiu. Confrontou de seguida o eleito com o encerramento de várias maternidades e com as demissões em bloco no governo que têm acontecido. -----

O eleito pela CDU, senhor Guilherme Franco interveio dizendo que o Serviço Nacional de Saúde é fundamental para o nosso país. Considera muito importante falar na subida da taxa de mortalidade infantil registada em 2018 e analisar se todos os cidadãos têm acesso gratuito a ele. -----

Pediu ainda para intervir o eleito senhor Augusto Pascoal afirmando que se o SNS não existisse as pessoas com poucos recursos económicos estavam completamente abandonadas. O SNS é uma conquista democrática, transversal a todos nós e que precisa de ser melhorado.-----

O eleito senhor Luis Machado pediu a palavra dizendo que também utiliza o SNS, inclusive tem um familiar muito próximo que trabalha no SNS, que devemos saudá-lo por existir, mas que não está a funcionar nas melhores condições.-----

Por não haver mais pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de Saudação à votação.-----

Deliberação: Aprovado por maioria, com onze votos a favor dos eleitos pelo PS(9) e pelo CDS-PP(2) e dezassete abstenções dos eleitos pela CDU(16) e pelo PSD(1).-----

Pediu a palavra a eleita senhora Susana Picanço para apresentar uma Moção denominada “Por uma alternativa à circulação de veículos pesados de mercadorias na Avenida Gago Coutinho”, a qual se apresenta transcrita de seguida:-----

“Na Avenida que atravessa a nossa cidade, a Avenida Gago Coutinho, confluem as EN2, EN4 e EN114. Este troço é da competência e da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, S.A.-----

Todos os dias, a referida via é atravessada por um número elevadíssimo de veículos pesados de transporte de mercadorias, bem como uma grande quantidade de veículos pesados de transporte de matérias perigosas. De acordo com a contagem existente, remetida pelo IMT, I.P. à Câmara Municipal, no ano de 2017, a média diária de circulação de veículos, nesse ano, foi de 10.000, sendo cerca de 2000 de transporte de mercadorias.-----

A circulação, em geral, de veículos pesados e sobretudo daqueles que diariamente atravessam a nossa cidade com matérias perigosas, consiste numa preocupação permanente dos montemorenses pois existe um elevado risco de que um grave acidente ocorra.-----

Perante esta situação, que se repete todos os dias, que afeta toda a população, mas sobretudo aqueles que vivem perto, trabalham e circulam na avenida, exigimos soluções junto das entidades competentes.-----

Considerando estes factos, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 22 de novembro de 2019, exige: -----

. A limitação do tráfego pesado de mercadorias e sobretudo dos veículos pesados de transporte de matérias perigosas, como uma medida fundamental que deve ser tomada para evitar uma possível tragédia; -----

. A possibilidade de efetuar o desvio de todo o trânsito pesado de mercadorias que atravessa a cidade, mediante a utilização dos nós Este e Oeste da autoestrada A6, como já acontece noutros pontos do país; -----

. A urgência por parte deste Município para interceder junto das entidades competentes, de forma a resolver este grave problema de circulação, de vivência e de segurança da nossa cidade. -----

Montemor-o-Novo, 22 de novembro de 2019 -----

O eleito senhor Joaquim Galvão referiu que ouviu com bastante atenção o texto da Moção apresentada, mas considera que não basta atribuir responsabilidades, mas também tomar decisões. De seguida elencou algumas iniciativas dos eleitos do Partido Socialista relativamente a esta temática: teve lugar, durante a campanha eleitoral, para as eleições autárquicas um jantar/debate com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto da Mobilidade e o Sr. Deputado Norberto Patinho, um representante dos taxistas, um representante dos Bombeiros Voluntários, entre outros, onde foram avaliadas algumas possibilidades de resolução dos problemas resultantes do atravessamento de pesados e de cargas perigosas na Avenida Gago Coutinho, da poluição atmosférica e do elevado ruído provocado. Salientou os senhores vereadores do Partido Socialista já alertaram, em reuniões da Câmara Municipal para a perigosidade do cruzamento da Carreira de S. Francisco com a Avenida Gago Coutinho, no qual se concentra agora também o tráfego desviado por causa da obra da Rua de Avis e que até hoje não houve qualquer intenção de resolução do problema por parte da Câmara. -----

Afirmou ainda o mesmo eleito, que os senhores Vereadores estão disponíveis para colaborar nas soluções que vierem a ser avaliadas. Esta questão está referenciada no seu Programa Eleitoral, sendo que os deputados eleitos estão a trabalhar, auscultando o governo sobre possíveis soluções. Questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal sobre quantas vezes se disponibilizou para ir á Secretaria de Estado conversar com o Sr. Secretário de Estado para se encontrar uma solução. Quantas soluções a Câmara Municipal já propôs para resolver o problema e enviou às Infraestruturas de Portugal para analisar, uma vez que é concessionária da autoestrada. Finalizou a sua intervenção referindo que os eleitos pelo Partido Socialista, desde o dia que tomaram posse, sempre se mostraram disponíveis no sentido de serem encontradas soluções. Concluiu dizendo que os eleitos pela bancada do PS se vão abster. -----

Pedi para intervir o eleito senhor António Fitas salientando que é eleito nesta assembleia desde o ano de dois mil e que esta questão foi aqui apresentada pela bancada da CDU diversas vezes, através de moções idênticas (as quais obtiveram na altura os votos favoráveis do PS, sendo o governo PSD/CDS-PP) e por isso acha incrível a acusação de que os eleitos pela CDU nada têm feito ao longo destes anos. Referiu que até aos dias de hoje, por parte dos vários governos, nunca a Câmara obteve qualquer resposta às alternativas colocadas. -----

Ainda sobre o documento a eleita senhora Sónia Ramos disse que se trata de uma questão que diz respeito a todos os que vivem em Montemor e não só. Na sua opinião uma Moção aprovada numa Assembleia Municipal não tem muito peso junto do governo. A mesma eleita acrescentou que estas questões são públicas e preocupam-nos a todos. Também os bombeiros têm grande preocupação pelo facto de não existir um plano municipal de evacuação no caso de um acidente na Avenida com substâncias/matérias perigosas. Considera que a Câmara não tem feito os esforços

necessários e que não é aprovando moções na Assembleia Municipal que se encontram soluções. O Ministro é obrigado a responder às questões que lhe são colocadas e sendo governo quase há cinco anos, ainda não fez nada pela situação. -----

Interveio de seguida o eleito senhor Carlos Zorrinho afirmando que a maioria da CDU traz moções a esta Assembleia com o propósito de dizer ao governo para resolver, o que não dignifica em nada o trabalho da maioria CDU. O que esta Assembleia deveria fazer seria reforçar propostas de solução apresentadas pela vereação e que posteriormente seriam negociadas com o governo. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Fátima Breia para referir que a maioria CDU esgota-se na apresentação de moções. -----

Ainda sobre a mesma temática o eleito senhor Luis Machado referiu que se as moções aprovadas fossem divulgadas na página da Câmara as pessoas tinham conhecimento. É da opinião que deveríamos ser mais proactivos, porque não reunir os líderes dos grupos municipais e preparar, em conjunto, um documento para enviar ao governo? Também considera que a CDU pouco fez sobre esta questão. -----

Usou da palavra o eleito senhor Alexandre Pirata referindo que é eleito na Assembleia Municipal há mais de trinta anos e que desde essa altura foram apresentadas diversas tomadas de posição sobre esta problemática, apesar de haver muito menos trânsito pesado a circular na Avenida. -----

Na sua opinião não houve vontade política do poder central para fazer esse investimento em Montemor e assim o risco tem-se agravado, porque hoje o volume de trânsito é muito maior. -----

Pediu para intervir a senhora Presidente da Câmara Municipal afirmando que até agora não houve uma solução, porque os governos nunca se comprometeram com nenhuma solução para este problema que se tem agravado ao longo dos anos. Informou que foi remetido novamente no passado dia 16 um ofício a solicitar uma audiência com o senhor Ministro da Tutela a disponibilizar-nos para trabalhar em conjunto uma solução, tal como tinha sido feito em fevereiro de dois mil e dezoito, sem que nenhum membro do governo tenha enviado qualquer tipo de resposta, o que é inqualificável. Ainda no uso da palavra referiu que tal como já foi aqui discutido, a Câmara Municipal sempre rejeitou a transferência de competências porque não aceita cheques em branco, mas aceita negociar soluções para problemas concretos. -----

Finalizou a sua intervenção referindo que a Câmara Municipal considera que é esta questão é muito urgente e que tudo tem feito para se encontrar soluções. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS, PSD e CDS-PP. -----

Deu a palavra ao eleito senhor António Xavier o qual lembrou os eleitos da Assembleia da apresentação, por parte dos eleitos do CDS-PP de uma recomendação em 25 de novembro de dois mil, aprovada por unanimidades para que se transferisse o busto do mestre Simão da Veiga para junto da Praça de Touros na cidade. Sugeriu que esta mudança pudesse ocorrer aproveitando a intervenção no Jardim Público. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Joaquim Bastos referindo que em anteriores sessões os eleitos da Bancada do PS manifestaram a sua discordância pelo facto dos senhores Vereadores da oposição nunca serem referidos nos boletins municipais e

relativamente à qual a senhora Presidente da Câmara terá respondido que esse facto se deve apenas a uma questão de critérios do executivo municipal. Informou posteriormente (22 de fevereiro do corrente ano) a senhora Presidente sobre uma decisão da Alta Autoridade para a Comunicação Social onde se refere que as autarquias que publicam boletins municipais têm de respeitar as obrigações do pluralismo que a lei impõe aos órgãos de comunicação social do sector público, não podendo configurar a instrumentalização da propaganda ou sequer pontos de vista únicos da força política dominante na autarquia. Disse que ainda aguarda resposta por parte da Câmara Municipal e tal como foi afirmado há pouco, também este órgão tem obrigação de dar resposta. -----

De seguida interveio o eleito senhor Luis Machado para se congratular pela modernização do sistema de pagamento através de multibanco. Considera que a Rua de Avis parece um cenário de guerra, porque existem várias obras a decorrer ao mesmo tempo e parece que nenhuma termina. Salientou que na zona onde reside, zona das Torres, existe sempre uma enorme quantidade de folhas caídas das árvores, o que foi constatado em visita dos eleitos e que os habitantes até já se habituaram a ver. Salientou que a questão ficou resolvida, nesse dia, umas horas após a referida visita. --- Sobre esta questão, o Secretário da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, senhor Jorge Mestrinho, que também reside no mesmo local, disse que vê semanalmente os funcionários da limpeza a retirarem as folhas, no entanto não será a periodicidade ideal para esta época do ano. -----

O eleito senhor Joaquim Galvão questionou o executivo sobre a perspetiva de arranjo dos plátanos na cidade, porque a quantidade de folhas que caem, estão a causar entupimentos nas sarjetas e a prejudicar habitações. -----

Pedi a palavra o eleito senhor Alexandre Pirata informou sobre os anseios dos pequenos agricultores relativamente às obras de requalificação do Mercado Municipal, porque está a funcionar nas instalações do antigo matadouro, a título provisório e estão ansiosos para voltar ao novo espaço. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra a senhora Presidente informou que iria dar início à ordem de trabalhos. -----

Não havendo mais pedidos de uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto - Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2020----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara dizendo esta proposta de orçamento é superior a três milhões euros comparativamente ao orçamento anterior. Acrescentou que este resultado se deve a uma estratégia planeada que permitiu ter acesso a alguns fundos comunitários para obras que estão em condições de ser concretizadas, assim como outras a realizar apenas através do orçamento municipal. Referiu que o Plano de Atividades e o Orçamento Municipal são condicionados por um conjunto de aspetos, nomeadamente pelo facto de não ser ainda conhecida a proposta de orçamento de Estado para o ano de dois mil e vinte, mas também por um conjunto de elevados compromissos financeiros, no âmbito do Programa 2020 e ainda do processo de descentralização de competências do governo para as autarquias locais.---

De seguida elencou alguns dos principais investimentos municipais: Renovação das instalações municipais nos antigos celeiros da EPAC; Reabilitação do Convento da Saudação; Requalificação da EB1 nº1 de Montemor-o-Novo; Requalificação da EB1 e JI

de Santiago do Escoural; Pavimentação de ruas em Silveiras; Requalificação dos espaços exteriores do Castelo; Requalificação de equipamentos desportivos no concelho; Renovação do Parque de Máquinas e Viaturas Municipais, entre outras.-----

Para falar sobre esta proposta, pediu a palavra o eleito senhor Pedro Bento dizendo que a bancada do Partido Socialista vai votar contra, porque consideram que os montemorenses mereciam muito mais e muito melhor. As propostas vão sendo sempre iguais ano, após ano e que do ponto de vista criativo a CDU está falida. Quanto à habitação, continua a degradação do edificado, principalmente na zona histórica, enquanto que a Zona Industrial da Adua está com um aspeto desleixado e de abandono. A população mais envelhecida precisa de mais atenção, a questão da mobilidade é pouco explorada pelo município. -----

Disse também, o mesmo eleito, que o documento não contém uma única frase sobre o Rio Almansor ou sobre a Barragem dos Minutos. A grande aposta da Câmara Municipal são os Roteiros "Levantado do Chão". Questionou ainda o executivo sobre o modo como a Câmara se está a preparar para a transferência de competências no início de dois mil e vinte e um, porque nada é referido no documento. Terminou a sua intervenção afirmando que é por todas essas razões, que os eleitos vão votar contra este orçamento municipal, disse também ter a certeza que a vontade dos montemorenses vai mudar nas próximas eleições autárquicas. -----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Nélia Campino, perguntou se está contemplada alguma intervenção, na Escola Básica daquela freguesia, nos investimentos para o próximo ano. -----

Ainda sobre o documento em discussão, o eleito senhor António Xavier afirmou que desde há seis anos pouco tem mudado nestes documentos, repetindo-se muitos parágrafos onde nada se diz. Referiu ainda que não poderão votar favoravelmente uma vez que consideram que os montemorenses mereciam muito mais e a Câmara poderia fazer muito mais. Relembrou uma recomendação apresentada pelo CDS-PP para o orçamento participativo em Montemor e que foi recusada por esta assembleia.-

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado referindo grande satisfação pelo facto de que algumas propostas referenciadas no programa eleitoral do CDS-PP, encontram-se inscritas nos documentos. -----

Em resposta ao eleito senhor Pedro Bento a senhora Presidente da Câmara afirmou que o eleito parece bastante preocupado com as próximas eleições autárquicas.-----

Referiu que o envelhecimento da população aumentou em toda região do Alentejo e em todo o país e não apenas em Montemor. Relativamente às questões de mobilidade na cidade, informou que no âmbito das competências delegadas na Comunidade Intermunicipal do Alentejo, está a ser preparado um concurso, para atribuição de um novo operador de transporte público rodoviário de passageiros, tendo a Câmara Municipal proposto que fosse integrado nesse procedimento o reforço de horários entre a cidade e as freguesias, como também a criação de dois novos circuitos, um apenas urbano e outro urbano e áreas envolventes.

A eleita afirmou também que o processo de transferência de competências não foi assim tão bom porque muitas autarquias estão a recusar essas transferências e que os serviços estão a ser preparados para poder dar resposta, se vier a acontecer no início do ano de dois mil e vinte e um. Em resposta à questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro esclareceu que está prevista uma



intervenção para a Escola Básica de Ciborro. Relativamente às questões colocadas pelos eleitos do CDS-PP, a senhora Presidente da Câmara referiu que não foram enviadas à Câmara quaisquer propostas para integrar a proposta de orçamento municipal para dois mil e vinte, por parte desse partido. -----

Informou ainda que a Rede de Cooperação com Cabo Verde permitiu a instalação de um Centro de Artes e Ofícios Tradicionais no Tarrafal para incentivar a sua pequena economia. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, os documentos foram colocados à votação pela senhora Presidente da Assembleia Municipal.

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis dos eleitos pela CDU e doze votos contra dos eleitos pelo PS; pelo PSD e pelo CDS-PP. -----

2º. Ponto - Proposta de Mapa de Pessoal para 2020 -----

Relativamente a esta proposta a senhora Presidente da Câmara Municipal salientou que a mesma reflete a variação do número de carreiras e postos de trabalho necessários em cada ano. -----

O eleito senhor Joaquim Bastos perguntou quantos funcionários tem, neste momento, a Câmara Municipal. A senhora Presidente da Câmara Municipal informou que existem atualmente cerca de trezentos e sessenta e sete trabalhadores efetivos. -----

O mapa de pessoal contempla todos os postos de trabalho ocupados e não ocupados, por isso o número referido é superior ao número de trabalhadores efetivos. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Joaquim Bastos pedindo esclarecimentos sobre qual a categoria/carreira têm atualmente os tesoureiros. -----

Em resposta a senhora Presidente da Câmara esclareceu que os tesoureiros possuem a categoria de assistentes administrativos, dentro da carreira de Assistentes Técnicos, na sequência da alteração das carreiras e categorias. -----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins referiu que, da sua análise, concluiu que existem, no Mapa de Pessoal, lugar para quinhentos trabalhadores, existindo atualmente trezentos e sessenta efetivos em funções. -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal confirmou que estava correta a intervenção da eleita senhora Paula Martins. -----

Não havendo mais pedidos para usar da palavra, a proposta foi colocada à votação. ----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS; pelo PSD e pelo CDS/PP. -----

3º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2020 -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara afirmando que a proposta será para aplicar a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto e que relativamente aos sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse cento e cinquenta mil euros manter a taxa reduzida de 0.5% de taxa de derrama. -----

Pedi a palavra a eleita senhora Sónia Ramos dizendo que a Câmara deverá aproveitar estes instrumentos financeiros para a fixação de emprego. Na sua opinião este executivo não dá condições para investir neste concelho. Manifestou a sua indignação pela forma como a mesa da Assembleia fez a gestão o tempo das intervenções no período antes da ordem do dia. Para além de que na sua opinião, a ordem de trabalhos também é excessivamente extensa, a qual deveria ser quase imperativamente feita para apenas discutir o orçamento municipal e restantes documentos. -----

Metade do orçamento é dedicado a despesas correntes. A obra do Rossio estivemos à espera quase vinte anos e só avançou porque foi abrangida por fundos comunitários.-- Acha vergonhoso que a Câmara Municipal não consiga manter abertas as Grutas do Escoural, pelo menos a meio tempo, o que é um mau cartão de visita para o nosso concelho. -----

O eleito senhor Carlos Zorrinho pediu a palavra para felicitar a senhora Presidente da Assembleia Municipal pela forma como tem conduzido os trabalhos da Assembleia Municipal.-----

Solicitou o uso da palavra o eleito senhor Joaquim Galvão informando que a posição dos eleitos pelo Partido Socialista era de derrama zero, pelo que a bancada vai votar contra esta proposta. -----

Considera que enquanto a Câmara Municipal mantiver propostas de derrama nestes valores, não vai conseguir cativar investimento para o concelho. -----

O eleito senhor António Xavier referiu-se à iniciativa "STARTUP CASTLE 2019", organizada pela ADRAL, que decorreu no dia de hoje, no Convento de S. Domingos, que foi uma excelente iniciativa. A Câmara Municipal tem de falar a mesma língua dos empresários. -----

Intervio de seguida o eleito senhor Joaquim Gervásio dizendo que a senhora Presidente da Assembleia tem dirigido os trabalhos com o maior respeito pelos eleitos e quem se queixou que a senhora Presidente da Assembleia lhe cortava a palavra, acabou por usar mais de dez minutos, no ponto sobre a taxa de derrama e sem falar sobre a derrama. Acrescentou que apenas dezassete concelhos do país subiram de população e quase maioritariamente da área metropolitana de Lisboa. Referiu-se ainda ao facto de algumas bancadas terem afirmado que as propostas apresentadas pela Câmara Municipal são sempre iguais, acrescentando que também as bancadas fazem sempre as mesmas afirmações. -----

O eleito senhor Luis Machado pediu a palavra para dizer que se as bancadas nunca votam favoravelmente as propostas, então a Câmara deverá mudar de estratégia. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que a partir desse momento vai ser bastante mais rigorosa com os tempos das intervenções dos eleitos. -

Voltou a usar da palavra a senhora Presidente da Câmara dizendo que nenhuma outra proposta alternativa foi apresentada, por parte de outra bancada, de modo a poder prescindir dos quase trezentos mil euros de receita provenientes da derrama. Informou que participou numa iniciativa organizada pela Associação Empresarial de Portugal para apresentação de um novo projeto e ao trocar algumas ideias com empresários ali presentes, terão afirmado que os valores de derrama municipais não têm qualquer influência sobre a decisão de investimento. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU e doze votos contra dos eleitos pelo PS; pelo PSD e pelo CDS-PP. -----

4º. Ponto - Proposta de fixação de taxas de IMI para 2020 -----

A senhora Presidente da Câmara referiu que a Câmara propõe neste documento a aplicação da taxa mínima para o próximo ano. -----



O eleito senhor Joaquim Galvão informou que os eleitos pelo PS irão votar a favor desta proposta, no entanto considera que devem ser divulgadas as isenções que os munícipes poderiam usufruir por habitarem no centro histórico ou nos concelhos limítrofes, tal como já aqui tinha afirmado em anos anteriores. -----

O eleito senhor António Xavier salientou que falta proatividade por parte da Câmara, porque esta questão que foi hoje novamente levantada pelo eleito do Partido Socialista já acontece há vários anos. -----

Não havendo mais pedidos para uso da palavra, a proposta foi colocada a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto - Proposta de participação no IRS para 2020 -----

Sobre esta proposta a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que se mantém a proposta de fixação em 5%, à semelhança do que tem sido proposto em anos anteriores. -----

O eleito pelo Partido Socialista, senhor Joaquim Galvão informou que os eleitos pelo PS irão votar contra a presente proposta porque consideram que poderia haver aqui uma divisão ficando 2,5% a favor do orçamento municipal e os outros 2,5% a favor das pessoas, podendo ser um incentivo ao comércio local. -----

Por serem zero horas, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos eleitos a proposta de continuidade dos trabalhos, a qual foi aprovada. -----

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, a proposta foi colocada à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU e doze votos contra dos eleitos pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP. -----

6º. Ponto - Proposta de percentual a aplicar em 2020/Taxa Municipal de Direitos de Passagem -----

Neste ponto a senhora Presidente da Câmara esclareceu que se propõe a aplicar o mesmo valor dos últimos dois anos, cerca de 0,25. -----

Não havendo pedidos para intervir, o documento foi colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade (durante a votação deste ponto, estava ausente da sala um eleito pelo CDS-PP) -----

7º. Ponto - Proposta de suspensão Parcial do PU de Montemor-o-Novo /Estabelecimento de Medidas Preventivas (ZP5) -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal afirmando que a proposta apresentada visa aprovar a suspensão parcial do Plano de Urbanização e se estabeleçam as medidas preventivas para a área específica da ZP5, situada junto à entrada da cidade e limitada a norte pela EN4 e a sul pela EN 114, de modo a criar as medidas para viabilizar intenções de investimento em curso para a referida área. -----

Pedi a palavra o eleito senhor Joaquim Galvão referindo que os eleitos pelo PS vão votar a favor da proposta apresentada porque na zona referida estão a instalar-se algumas empresas, considerando positiva uma reavaliação, podendo vir a evoluir bastante com isso. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. (Durante a votação deste ponto, estava ausente da sala um eleito pelo CDS/PP). -----

8º. Ponto - Proposta de atribuição de despesas de representação aos Dirigentes Intermédios de 2º. Grau -----

A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que os Dirigentes de 2º. Grau numa estrutura como tem este município correspondem aos Chefes de Divisão. A proposta apresentada refere-se ao pagamento de despesas de representação, de acordo com os critérios previstos na lei. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezoito votos favoráveis dos eleitos pela CDU(16) e pelo PS(2) e nove abstenções dos eleitos pelo PS(7); pelo PSD(1) e pelo CDS/PP(1). (Durante a votação deste ponto, estava ausente da sala um eleito pelo CDS/PP). -----

9º. Ponto - Proposta de 3ª. Revisão Orçamental de 2019 -----

Quanto a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara afirmou que esta revisão orçamental tem duas componentes distintas, uma no orçamento da despesa que visa a criação de uma rubrica que não existia respeitante às indemnizações por cessação de funções, sendo o valor retirado da rubrica do Pessoal em funções. A outra componente está relacionada com as dotações do Plano Plurianual de Investimentos para garantir o reforço necessário para a intervenção a realizar na EM 507, dos anos de 2020 e 2021.--

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis dos eleitos pela CDU(16) e pelo PS(9) e três abstenções dos eleitos pelo PSD(1) e pelo CDS/PP(2). -----

10º. Ponto – Proposta de Adesão a Rede Nacional de Arte Pré-Histórica

Neste ponto a senhora Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto, o qual explicou que a Rede Nacional de Arte Pré-Histórica ainda não está constituída, pelo que o Município fará parte do grupo fundador. A proposta de adesão relaciona-se pelo facto de termos no concelho as Grutas do Escoural. Desde há vários anos que o Município trabalha em parceria com Direção Regional de Cultura do Alentejo, com a Associação dos Amigos Unidos pelo Escoural e com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para a gestão das Grutas. Este acordo estabelece também que as visitas são feitas, por motivos de segurança, com o número máximo de dez pessoas. Esta adesão está relacionada também com uma candidatura a um projeto de valorização das Grutas (Centro Interpretativo e promoção e dinamização do monumento e zona envolvente), numa parceria ainda com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, com a Estremadura Espanhola e ainda com a Câmara Municipal de Mação. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

11º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural e a Associação dos Amigos Unidos pelo Escoural – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Santiago do Escoural - AL 2019-2020 -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara referindo que se trata de um Protocolo à semelhança de anos letivos anteriores, no sentido de viabilizar o fornecimento de refeições quer ao Jardim de Infância, assim como à Escola Básica de Santiago do Escoural, no corrente ano letivo. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

12º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Requalificação do Parque Infantil de Cabrela -----

A senhora Presidente da Câmara explicou que se pretende com este protocolo apoiar uma intervenção para requalificação do Parque Infantil de Cabrela para uma melhor utilização, à semelhança de outras freguesias. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

13º. Ponto – Proposta de Procedimento Concursal para provimento em Comissão de Serviço de Cargo de Direção Intermédia de 3º. Grau – Composição de Júris -----

Relativamente a este ponto a senhora Presidente da Câmara salientou que na sequência da última reorganização de serviços foram criados vários cargos de dirigentes intermédios de 2º grau, os quais foram estão já ocupados, com carácter transitório, por técnicos designados para o efeito, no entanto o seu provimento definitivo será feito através de concurso. Assim, solicita-se a autorização da Assembleia Municipal para que sejam designados cada um dos júris, respetivamente para cada um dos procedimentos necessários. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

14º. Ponto - Transferência de Competências – Rejeição da Lei nº. 123/2019 de 18 de outubro -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que à semelhança da posição já tomada pela Câmara Municipal após a publicação da Lei nº 57/2018 e todos os diplomas já publicados, a proposta é de não exercer as competências atribuídas pela publicação do decreto-lei 123/2019, nos anos de 2019 e 2020. -----

Pediu para intervir o eleito senhor António Xavier questionando a Câmara Municipal sobre que medidas tem tomado no sentido de pressionar o governo relativamente as todas estas competências. -----

O eleito pelo PS, senhor Joaquim Galvão afirmou que este diploma está relacionado com incêndios urbanos e a sua prevenção. Sendo conhecidos os apoios dados pela

Câmara Municipal aos Bombeiros Voluntários, considera que desta vez estas competências não deveriam ser rejeitadas, porque poderiam ser uma mais valia para apoio às populações. -----

Voltou a usar da palavra a senhora Presidente da Câmara e em resposta à questão colocada pelo eleito António Xavier informou que em relação às competências no âmbito da saúde e da educação, está a ser feita a recolha de dados mais concretos e mais fiáveis, bem como o levantamento do valor dos custos das intervenções para cada uma das competências e posteriormente passar à discussão com os representantes governamentais das várias áreas o que será possível fazer. -----

Sobre a intervenção do eleito Joaquim Galvão, salientou que a Câmara não vai deixar de apoiar os Bombeiros Voluntários, pelo menos enquanto o orçamento municipal o permitir e esse apoio não tem qualquer relação com a assunção de competências.-----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU, nove votos contra dos eleitos pelo PS e três abstenções dos eleitos pelo PSD(1) e pelo CDS/PP(2). -----

15º. Ponto - Empreitada de “Beneficiação da EM 507 (Lavre-Ciborro)” – Encargos Orçamentais Plurianuais (2019-2021) -----

Neste ponto, a senhora Presidente da Câmara referiu que esta proposta está relacionada com uma alteração na repartição dos encargos plurianuais entre os anos de 2019 e 2021 para que seja possível dar início ao procedimento de contratação da empreitada mencionada. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

16º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara pedindo ao eleito Pedro Bento que pudesse remeter por escrito à senhora Presidente da Assembleia Municipal todas as informações solicitadas sobre a empresa de resíduos instalada na ZIA, por forma a dar resposta mais completa e atualizada a todas as questões, uma vez que de momento não dispõe de informações para transmitir. -----

O referido eleito solicitou informação sobre a designação da empresa em causa, ao que a senhora Presidente da Câmara esclareceu que se chama Gestão de Resíduos JMM, Lda.. -----

De seguida deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto, o qual informou, em resposta à questão colocada pelo eleito Guilherme Franco, que relativamente a trabalhadores afetos ao município, em dois mil e dezoito e no âmbito da regularização de precários foram incluídos, cerca de sessenta trabalhadores, no serviço de educação com a categoria de assistentes operacionais. No que respeita aos trabalhadores do ministério, a Câmara está a trabalhar em conjunto com o Agrupamento de Escolas no sentido de aferir da necessidade de contratação de mais funcionários. -----

A senhora Presidente da Câmara voltou a intervir respondendo ao eleito António Xavier que está a ser analisada a questão da transferência do busto do Mestre Simão da Veiga, enquadrada na intervenção a decorrer. -----

Relativamente à questão colocada pelo eleito senhor Joaquim Bastos afirmou que se recorda da questão ter sido colocada, no entanto não se recorda de ter sido referido que havia necessidade de dar resposta, pelo que vai verificar essa situação.-----

Seguidamente deu a palavra ao senhor Vereador António Pinetra, no sentido do mesmo prestar alguns esclarecimentos sobre as questões colocadas no âmbito das intervenções a decorrer na cidade. -----

No uso da palavra o senhor Vereador António Pinetra afirmou que é do conhecimento geral que as obras estão atrasadas, tendo ocorrido prorrogação de prazos, estando prevista a sua conclusão durante o próximo mês de fevereiro. -----

Referiu-se depois ao facto do eleito senhor Luis Machado ter mostrado bastante interesse em visitar a obra, no entanto apesar de terem combinado uma data o eleito não compareceu e até hoje ainda não conseguiu encontrar tempo para a mesma se realizar. O eleito referiu novamente toda a disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos no local. -----

Relativamente à obra de requalificação do Mercado Municipal informou que já houve conversas com os comerciantes no sentido de esclarecer que a obra apenas terá concluída em fevereiro e não antes disso. -----

De novo no uso da palavra a senhora Presidente da Câmara e para responder ao eleito senhor Luis Machado esclareceu que não tem qualquer relação o facto da vereação ter passado na zona da Torres, que os funcionários terão feito rapidamente a limpeza da folhas no local. Tem conhecimento que em determinados locais naquela zona acontecem alguns remoinhos, o que também proporciona o amontoar de folhas e que durante a visita até houve uma conversa com um munícipe sobre isso.-----

Sobre os problemas relacionados com os plátanos, lembrou que foi feita uma intervenção, à cerca de dois anos, através de uma empresa contratada para esse fim e cujos resultados foram positivos, sendo que periodicamente terá que ser feita essa manutenção. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado afirmando que a intervenção do senhor Vereador António Pinetra não corresponde totalmente à verdade. Esclareceu que tinham agendado uma data para a realização da visita, no entanto por motivos profissionais não pode estar presente, mas referiu que avisou e que ficou cancelada.--- Sugeriu que pudessem fazer a visita no dia seguinte. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Vereador António Pinetra para responder ao eleito Luis Machado e lembrando quais as datas que tinham já acordado e que a partir da ultima data agendada, o eleito não terá informado que pretendia trazer um amigo também para a visita mas ambos não puderam comparecer. A partir dessa data não voltou a contactar a vereação. -----

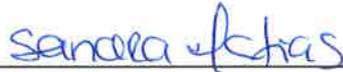
O eleito pelo CDS-PP voltou a contestar as afirmações do senhor Vereador, pelo que interveio a senhora Presidente da Assembleia pedindo que pudessem chegar a um acordo sobre esta questão após terminar a sessão. -----

Pediu para usar da palavra o eleito senhor Manuel Coelho referindo que podem fazer visitas às obras, mas se não perceberem o seu desenvolvimento, não adianta fazer



visitas. Acrescentou que se trata de uma intervenção complicada e que a empresa não reúne as condições para fazer a obra no prazo estipulado. -----
A mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----
A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, não tendo havido nenhuma intervenção. -----
Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezanove. -----
E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Sandra Cristina Esperança Matias

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues

